

Data de Envio:

27/10/2022 09:50:27

De:

SEMAD/institucional <nubia.antunes@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

engenheira.rosana@outlook.com

Assunto:

ANEXO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONDICIONANTE

Mensagem:

Ao Responsável,

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Triângulo Mineiro no uso de suas atribuições, examinou o pedido de PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONDICIONANTE do empreendedor/empreendimento: Raulita Rossini Grossi e outros/Fazenda São Matheus - matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145 - no município de Monte Carmelo/MG, vinculado ao PA Nº 19384/2018/001/2020 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0033530/2021-67, concedida em 30/06/2021, para a atividade:HORTICULTURA (FLORICULTURA, OLERICULTURA, FRUTICULTURA ANUAL, VIVEIRICULTURA E CULTURA DE ERVAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS), e decidiu:
Opinar pelo indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo das condicionantes nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), 02 e 04 do Anexo I do Parecer Único referentes à Licença Ambiental Concomitante LAC1 (LOC) do empreendimento Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145) - Certificado Nº 063/2021. em anexo.
Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único, e qualquer alteração, modificação e ampliação, sem a devida e prévia comunicação a Supram Triângulo Mineiro, tornam o empreendimento em questão, passível de autuação.
Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).
Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

Atenciosamente,

Núbia Antunes

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo
Praça Tubal Vilela, nº 03 - Centro - CEP 38400-186 - Uberlândia/MG
nubia.antunes@meioambiente.mg.gov.br Ramal: (34) 3088 6409

Anexos:

Parecer_53736176.html
Decisao_53837092.html
Publicacao_54048545_PUB_RAULITA.pdf



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Controle Processual

Decisão SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP nº. 40/2022

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2022.

Indexado ao processo: P.A. SIAM 19384/2018/001/2020

Empreendimento/Empreendedor: Raulita Rossini Grossi e Outros / Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145)

CNPJ/CPF: 454.112.809-82

Município: Monte Carmelo/MG

Atividade(s): G-01-03-1 – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

G-01-01-5 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)

DECISÃO

Considerando a delegação de competência prevista no **artigo 4º, inciso VII, da Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016;**

Considerando o que dispõe o **art. 3º, do Decreto Estadual nº. 47.383/2018;**

Considerando a competência trazida pelos **incisos I a IV, do § 1º e inciso I, do art. 51, do Decreto Estadual nº. 47.787/2019;**

Considerando o Parecer Técnico da SUPRAM TM, que sugere o INDEFERIMENTO da PRORROGAÇÃO da **condicionantes nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), 02 e 04 do Anexo I do Parecer Único n.º 0306252/2021;**

DECIDO pelo **INDEFERIMENTO** do presente requerimento de PRORROGAÇÃO da condicionantes nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), 02 e 04 do Anexo I do Parecer Único n.º 0306252/2021, mantendo-se incólumes as demais condicionantes e prazos concedidos anteriormente.

Publique-se e dê ciência ao interessado na forma da lei.

Uberlândia-MG, em 28 de setembro de 2022.

KAMILA BORGES ALVES

SUPERINTENDENTE

Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Borges Alves, Superintendente**, em 30/09/2022, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53837092** e o código CRC **C11F36E2**.

Referência: Processo nº 1370.01.0035489/2022-36

SEI nº 53837092

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável****SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental****Parecer nº 140/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2022****PROCESSO Nº 1370.01.0035489/2022-36**

ANEXO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONDICIONANTE DO PARECER ÚNICO Nº 0306252/2021 (SIAM)		
INDEXADO AO PROCESSO:	PA SIAM: 19384/2018/001/2020	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	Processo SEI: 1370.01.0033530/2021-67	Sugestão pelo indeferimento
FASE DO LICENCIAMENTO:	Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LOC)	

EMPREENDEDOR:	Raulita Rossini Grossi e outros		CPF.:	454.112.809-82
EMPREENDIMENTO:	Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145)			
MUNICÍPIO(S):	Monte Carmelo - MG	ZONA:	Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS 84	LAT/Y	18°57'13.00"S	LONG/X	47°26'21.00"W
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO:			CLASSE
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura			2
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)			3

1. INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se à solicitação de prorrogação de prazo de condicionantes referente à licença ambiental concomitante (Certificado nº 063/2021, 30/06/2021) concedida ao empreendimento Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145), no município de Monte Carmelo-MG.

2. DA SOLICITAÇÃO

A procuradora do empreendimento em questão, Rosana Resende Eloy, solicitou por meio dos Documentos nº 50531513, formalizado em **29/07/2022**, e 52943670, formalizado em **12/09/2022**, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI (processo nº. 1370.01.0035489/2022-36), a prorrogação dos prazos das condicionantes nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), 02 e 04 do Anexo I,

referentes à Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LOC) do empreendimento Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145) - Certificado Nº 063/2021. Sendo o conteúdo do Documento nº 52943670 - 1370.01.0035489/2022-36 o mesmo do documento anterior (nº50531513 - 1370.01.0035489/2022-36).

Segue abaixo a transcrição das condicionantes aprovadas, constante no Anexo I do Parecer Único nº 0306252/2021.

Item	Descrição da condicionante	Prazo
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença
02	Executar o PTRF apresentado no PCA (2018) e comprovar por meio de relatórios técnicos e fotográficos o plantio e o desenvolvimento das mudas nas áreas destinadas aos plantios propostos e a situação de recuperação das demais áreas alvo do PTRF, conforme descrito no item 6 deste parecer. Frequência: os relatórios deverão ser apresentados em todos os anos pares. Obs: Anexar a ART do responsável técnico pelo relatório.	Durante a vigência da licença, até o mês de maio
04	Adotar o Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto à emissão de fumaça preta, conforme diretrizes constantes no Anexo I da Portaria nº 85/96 do IBAMA e proposto no PCA (2018). Apresentar os resultados do monitoramento das emissões veiculares, anualmente.	Durante a vigência da Licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Segue abaixo a transcrição dos itens 1 e 2, referentes à condicionante 01 (Anexo I) aprovada, constantes no Anexo II do Parecer Único nº 0306252/2021.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída das caixas separadoras de água e óleo	DQO, óleos e graxas, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão e detergentes, vazão média diária	Anual
Entrada e saída das fossas biodigestoras instaladas na vila (aglomerado de casas)	DBO 5,20, DQO, óleos e graxas, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão e detergentes	Anual

Relatórios: Enviar anualmente à Supram-TM, até o 20º dia do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises. [...]

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir:

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				
(*)1- Reutilização				6 - Co-processamento								
2 – Reciclagem				7 - Aplicação no solo								
3 - Aterro sanitário				8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)								
4 - Aterro industrial				9 - Outras (especificar)								
5 - Incineração												

[...]

A mencionada representante solicita a dilação de prazo por mais 45 (quarenta e cinco) dias para as condicionantes 01 (itens 1 e 2 do Anexo II) e 04 e por mais 120 (cento e vinte) dias para a condicionante 02, do Anexo I; apresentando como justificativa que o empreendimento foi vendido para outro empreendedor, Sr. Matias Johanes Henrique Michels, e que o mesmo, que assumiu as atividades do empreendimento há pouco tempo, não teve tempo hábil para o cumprimento das condicionantes nos prazos concedidos na licença ambiental.

3. DA ANÁLISE

Conforme norma de regência, Decreto Estadual 47.383/2018, com alterações, no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o Certificado nº 063/2021 foi publicado em 30/06/2021 e que a primeira solicitação de prorrogação de prazos para as condicionantes em tela foi feita em 29/07/2022 (Doc. 50531513/1370.01.0035489/2022-36) e a segunda formalizada em 12/09/2022 (Doc. 52943670/1370.01.0035489/2022-36), portanto, ambas de forma intempestiva, não somos favoráveis à aprovação dos requerimentos sob exame.

4. CONTROLE PROCESSUAL

De acordo com os pedidos feitos, solicitados por meio do Processo SEI nº. 1370.01.0035489/2022-36, sendo o primeiro pedido formalizado em 29/07/2022 que versa sobre prorrogação de prazo da condicionante nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), e o segundo pedido formalizado em 12/09/2022 que versa, também, sobre prorrogação de prazo das condicionantes 02 e 04 do Anexo I conforme constante no parecer único n.º 0306252/2021 que se refere ao processo de licenciamento ambiental n.º 19384/2018/001/2020, por apresentarem de forma intempestiva os pedidos acima relatados, e em consonância com o apresentado não estão em termos que atendem aos requisitos constante dos arts. 29, 30 e 31, todos do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, por serem apresentados de forma intempestiva, tendo sido recolhida a respectiva taxa.

5. CONCLUSÃO

Por fim, nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual 47.383/2018 e com base nos apontamentos acima, sugerimos o **indeferimento** da solicitação de prorrogação de prazo das condicionantes nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), 02 e 04 do Anexo I do Parecer Único referentes à Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LOC) do empreendimento Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145) - Certificado Nº 063/2021.

Equipe:

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP
Ana Claudia de Paula Dias – Gestora Ambiental	1.365.044-5
Gabriel Ferrari de Siqueira e Souza	1.496.280-7
Rodrigo Angelis Alvarez – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.191.774-7
Paulo Rogério da Silva – Diretor Regional de Controle Processual	1.495.728-6



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 27/09/2022, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Paula Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 27/09/2022, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ferrari de Siqueira e Souza, Servidor(a) Público(a)**, em 28/09/2022, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor(a)**, em 28/09/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53736176** e o código CRC **46013C21**.



Uberlândia, 12 de setembro de 2022.

À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A/C: Superintendente Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Referência: **LAC 1 - LOC 036/2021**
PA 19384/2018/001/2020

Empreendedor: **Raulita Rossini Grossi e outros / Matias Johanes Henrique Michels**

CPF: **454.112.809-82 / 325.595.850-49**

Empreendimento: **Fazenda São Matheus – Mat. 303, 395, 425, 424, 423, 1.265 e 23.145**

Assunto: **Solicitação de Prorrogação de prazo para cumprimento de condicionantes**

Prezados(as) Senhores(as):

Venho através deste ofício respeitosamente solicitar **prorrogação de prazo de mais 45 dias** para cumprimento das **Condicionantes de Automonitoramento (Efluentes Líquidos e Resíduos Sólidos)**, bem como a **Auto Fiscalização da Frota** quanto à fumaça preta, do Processo de Licenciamento Ambiental **LOC-LAC 1 / PA COPAM 19384/2018/001/2020**.

Ainda, mantem-se a solicitação do **prazo de 120 dias para a execução do PTRF** proposto no PCA do licenciamento, para que o plantio ocorra no próximo período chuvoso.

A solicitação se dá porque o empreendimento em questão foi vendido para o empreendedor Matias Johanes Henrique Michels e, portanto, o mesmo iniciou suas atividades no empreendimento recentemente mediante procuração dos antigos proprietários. As matrículas ainda estão passando por georreferenciamento para transferência de titularidade e, assim que efetivadas as tramitações, será solicitado também a transferência de titularidade do licenciamento ambiental.

Ambas as coletas de efluentes e auto fiscalização da frota já foram solicitadas em laboratório, mas o mesmo ainda não finalizou.

Dessa forma, é válido ressaltar que o empreendedor já se encontra em processo do cumprimento das condicionantes e, devido a fatores externos, ainda não conseguiu apresentá-las.

Diante do exposto, peço deferimento.

Nada mais havendo a tratar, coloco-me a disposição para demais esclarecimentos e informações referentes ao processo.

Atenciosamente,

Rosana Resende Eloy
Procuradora/Responsável Técnica
CREA 161691/D